



Às nove horas do dia três de maio de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; ausência justificada do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Convocado o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 660022012-00; Câmara Municipal de Salvaterra; Prestação de Contas – 2012**; Responsável: João Ribeiro Batista de Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.972). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1120022013-00; Câmara Municipal de Cumaru do Norte; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Muthiana Sobreira Alves; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016**. Retirado de pauta. **Processo nº 550022010-00; Câmara Municipal de Paragominas; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Antonio Batista Oliveira Lopes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016**. Retirado de pauta. **Processo nº 572042012-00; Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2012**; Responsável: Pedro Paulo Boulhosa Tavares; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão



nº 28.973). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 424252008-00; Fundação Casa da Cultura de Marabá; Prestação de Contas – 2008;** Responsável: Noé Carlos Barbosa Von Atzingen; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.974). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 53982009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Almeirim; Prestação de Contas – 2009 – Contas de Gestão;** Responsável: Ana Alice Nogueira Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.975). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, José Carlos Araújo e Cezar Colares. **Processo nº 480032009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Monte Alegre; Prestação de Contas – 2009 - Contas de Gestão;** Responsável: Ionara Jardina de Vasconcelos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.976). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 584072009-00; FUNDEB / PORTEL; Prestação de Contas – 2009;** Responsável: Rosângela Maria de Souza Fialho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 424242007-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Prestação de Contas – 2007;** Responsável: Karam El Hajjar; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu manifestou-se pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.977). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José



81 Carlos Araújo. **Processo nº 583912009-00; Secretaria Municipal de Educação de Portel;**
82 **Prestação de Contas – 2009;** Responsável: Rosangela Maria de Souza Fialho; Instrução: 7ª
83 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para
84 apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do
85 Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Retirado de
86 pauta. **Processo nº 201315098-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Novo**
87 **Repartimento; Recurso Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº 23.786/2013, de 04.06.13;
88 Responsável: Luzia Genilza Lima dos Santos; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
89 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
90 **33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
91 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A
92 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
93 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu manifestou-se pelo conhecimento e
94 provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão pela regularidade das contas, com
95 ressalva (Acórdão nº 28.978). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da
96 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201603561-00; Fundo Municipal de**
97 **Educação de Jacundá; Recurso – 2009; Pedido de Revisão (Juízo de Admissibilidade);**
98 Responsável: Ana Cristina de Araújo Negrão; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
99 **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
100 Antonio José Guimarães submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade do Pedido, nos
101 termos do parágrafo único, do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A
102 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar a Decisão do
103 Conselheiro Relator pela inadmissibilidade do Pedido. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
104 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201508308-**
105 **00; Câmara Municipal de Bragança; Outros – 2014 – Inspeção;** Responsável: Rosa de
106 Fátima Silva Chagas; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
107 Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo
108 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se *"pela*
109 *expedição de ofício à Câmara Municipal a fim de que promova a regularização funcional da servidora Antônia*
110 *de Lima Luz, retornando ao cargo de origem, bem como pela aplicação de multas em razão do não envio ao*
111 *TCM/PA dos Contratos Temporários "*. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
112 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
113 aprovar a Medida Cautelar, nos termos constantes no voto do Relator (Resolução nº 12.438).
114 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201401609-00; SEJEL - Secretaria**
115 **Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude de Ananindeua; Prestação de Contas**
116 **do Convênio nº 003/2013,** firmado pelo Município de Ananindeua com a Associação dos
117 Servidores do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado do Pará; Responsável:
118 José Eduardo Rodrigues Lobão; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
119 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.**
120 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e



manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.980). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201108083-00; FUMBEL - Centro Comunitário; Prestação de Contas do Convênio nº 019/2011- ONG - Tradição Guamaense Responsável: Hélio João Martins e Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.981). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201003987-00; Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua; Prestação de Contas do Convênio nº 007/2009 – MUPAT; Responsável: Nilso Reginaldo da Costa e Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.982). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201507491-00; Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua; Contratos Temporários; Interessada: Cláudia do Socorro Silva de Melo; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.983). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605032-00; Câmara Municipal de Pacajá; TAG – 2016 - de Ajustamento de Gestão nº 205/2016/TCM-Pa para Homologação; Responsável: Edson Costa da Silva – Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.420). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605033-00; Câmara Municipal de Jacareacanga; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 206/2016/TCM-PA para Homologação; Responsável: Raimundo Acelio de Aguiar – Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da**



161 Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.
162 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo
163 de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em**
164 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o
165 Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.421). Presidência do Conselheiro
166 Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
167 **201605034-00; Câmara Municipal de Novo Progresso; TAG – 2016; Termo de Ajustamento**
168 **de Gestão nº 207/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Edemar Onetta; Ministério**
169 **Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**
170 **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
171 Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o
172 Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
173 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,
174 apresentado (Resolução nº 12.422). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião
175 da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605035-00; Câmara Municipal**
176 **de Senador José Porfírio; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 208/2016/TCM-Pa -**
177 **Para Homologação; Responsável: Silvanira Verçosa Mendes – Presidente; Ministério Público:**
178 **Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no**
179 **DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator
180 submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo
181 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
182 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado
183 (Resolução nº 12.423). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação,
184 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605036-00; Câmara Municipal de Juruti;**
185 **TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 212/2016/TCM-Pa - Para Homologação;**
186 **Responsável: Elivan da Silva Rocha; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da**
187 **Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.**
188 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo
189 de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em**
190 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o
191 Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.424). Presidência do Conselheiro
192 Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
193 **201605056-00; Câmara Municipal de Rurópolis; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de**
194 **Gestão nº 213/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Raimundo Nonato Souza Silva;**
195 **Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio**
196 **Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
197 Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,
198 conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
199 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de
200 Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.425). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.



Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605061-00; Câmara Municipal Belém; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 214/2016/TCM-PA - Para Homologação; Responsável: Orlando Reis Pantoja; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.426). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605062-00; Prefeitura Municipal de Pacajá; TAG – 2016; Termo de Ajustamento de Gestão nº 215/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Antonio Mares Pereira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.427). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605067-00; Prefeitura Municipal de Novo Progresso; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 216/2016/TCM/Pa - Para Homologação; Responsável: Ubiraci Soares Silva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.428). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605068-00; Prefeitura Municipal de Aveiro; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 217/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Olinaldo Barbosa da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.429). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605070-00; Prefeitura Municipal de Prainha; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 218/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Patricia Barge Hage; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do



Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.430). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605071-00; Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 219/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Carlos José da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.431). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605072-00; Prefeitura Municipal de Juruti; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 221/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Marco Aurélio Dolzane do Couto; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.432). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605073-00; Prefeitura Municipal de Curuá; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 222/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Adriana Pereira da Silva; Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.433). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605074-00; Prefeitura Municipal de Óbidos; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 223/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável Mário Henrique de Souza Guerreiro; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.434). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605082-00; Prefeitura Municipal de Santarém; TAG – 2016 -**



281 Termo de Ajustamento de Gestão nº 225/2016/Tcm-Pa - Para Homologação; Responsável: Alexandre
282 Raimundo de Vasconcelos Wanghon; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
283 Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.
284 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo
285 de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em**
286 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o
287 Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.435). Presidência do Conselheiro
288 Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
289 **201605085-00; Prefeitura Municipal de Rurópolis; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de**
290 **Gestão nº 226/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Pablo Raphael Gomes Genuíno;**
291 **Ministério Público: Procuradora Geral -Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**
292 **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
293 Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o
294 Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
295 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,
296 apresentado (Resolução nº 12.436). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião
297 da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201605086-00; Prefeitura**
298 **Municipal de Oriximiná; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de Gestão nº 227/2016/TCM-Pa -**
299 **Para Homologação; Responsável; Luiz Gonzaga Viana Filho; Ministério Público: Procuradora Geral -**
300 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de**
301 **29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do
302 Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria
303 foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
304 decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.437).
305 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
306 Carlos Araújo. **Processo nº 201605086-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná; TAG – 2016 -**
307 **Termo de Ajustamento de Gestão nº 227/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável; Luiz**
308 **Gonzaga Viana Filho; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator:**
309 **Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo
310 regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão –
311 TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A
312 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de
313 Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.437). Presidência do Conselheiro Cezar
314 Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
315 **201605087-00; Prefeitura Municipal de Uruará; TAG – 2016 - Termo de Ajustamento de**
316 **Gestão nº 233/2016/TCM-Pa - Para Homologação; Responsável: Everton Vitoria Moreira; Ministério**
317 **Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**
318 **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
319 Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o
320 Artigo 152, do RI/TCM-Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a



Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.438). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201510328-00; Oeiras do Pará; Denúncia - 2007;** Denunciante: Jackson Pinto Medeiros; Denunciado: Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - FUNDEB; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.117, de 29.04.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade da Denúncia, nos termos do § 3º, do Art. 292 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade da Denúncia. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e assim manifestou-se: "*Conselheiro, Presidente, nobres Conselheiros que fazem parte deste Pleno, eu queria me manifestar porque ontem, acredito que todos receberam encaminhado por uma empresa denunciante, situação referente a cautelar com relação a contrato de coleta de lixo e de resíduos, entendendo que está ausente o Conselheiro Relator para que pudesse ter uma discussão mais ampla sobre a situação, mas regimentalmente no Artigo 144, em seu inciso III, mais precisamente no parágrafo 3º diz que, "na ausência ou inexistência de Relator, compete ao Presidente do Tribunal a adoção de medidas cautelares urgentes". E digo isso, porque vou me ausentar na quinta feira, e como esse contrato a que se refere a denúncia, o edital já foi apresentado e o prazo se esgota na sexta feira, e não estarei presente, não sei qual a providência de V. Exa., só estou lendo o Artigo que trata da competência do Presidente do Tribunal. Gostaria de me manifestar, antecipadamente, apresentando meu voto, porque se até quinta feira isso for trazido, eu estou me manifestando. Gostaria de deixar registrado o meu voto: "VOTO VISTA / ANTECIPAÇÃO DE VOTO (PROPOSTA DE ADOÇÃO DE MEDIDAS INSTRUTÓRIAS PELO TCM-PA). Senhor Presidente, Senhores Conselheiros: Como é do esperado conhecimento de todos os Conselheiros deste TCM-PA, na manhã de ontem, recebi em Gabinete, os memoriais vinculados ao Processo n.º 201605524-00, o qual encerra denúncia com pedido de medida cautelar, proposto pela empresa B A MEIO AMBIENTE LTDA, em desfavor do Secretário Municipal de Saneamento de Belém – SESAN, Sr. KLEBER RAMOS e a Presidente da Comissão Permanente de Licitações/SEGEF, Sra. MONIQUE SOARES LEITE, com base em extenso rol de ilegalidades suscitadas, aos termos do Edital de Concorrência Pública n.º 008/2015-SESAN. O indicado certame é destinado, conforme consta de seu "objeto", a contratação de serviços de "pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E CONSERVAÇÃO URBANA, LOTES I, II e III, conforme especificações e quantitativos contidos no presente Edital e em seus respectivos Anexos". Conforme destaca a DENUNCIANTE, a competência para relatoria dos processos vinculados à SESAN, para o exercício de 2016, assiste ao Conselheiro Sérgio Leão, no que, dada sua ausência justificada, recai, por imperativo regimental (art. 144, §3º, do RITCM-PA), a relatoria da medida cautelar de urgência, ao Ilustre Conselheiro Presidente, Cezar Colares. Considerando que esta Conselheira estará participando do evento promovido pela Escola de Contas do TCM-PA, no município de Paragominas, durante os dias 04 e 05 de maio, bem como considerando a importância da matéria e a urgência que o caso exige, dada a consignada abertura do certame, designada para o dia 06 de maio (sexta-feira), entendo como necessária a apresentação de manifestação prévia e consignação de voto antecipado, prática esta, apesar de não usual, já verificada em outras*



oportunidades, neste mesmo Plenário. Assim, entendo como imprescindível assentar, dada a natureza da medida requerida, a existência dos elementos que garantam a concessão da cautelar, destacadamente, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, com o escopo de afastar qualquer prejuízo ao erário municipal ou, ainda, dificultar eventuais correções ou reparações, por força de contratação a ser firmada pela municipalidade. Quanto ao "perigo da demora", não me restam maiores dúvidas ou inflexões, quanto à sua existência, posto que o procedimento licitatório em comento, está designado para ter abertura (habilitação e recebimento de propostas), tal como já consignado, para a próxima sexta-feira, dia 06 de maio, evidenciando-se, assim, que a não concessão da medida cautelar, nos termos do artigo 144, incisos II e III, do RITCM-PA, importará em prejuízo à parte e, lado outro, ao erário municipal, caso confirmados os fatos denunciados. A questão temporal, reveste-se de maior relevância, quando observada a informação trazida pela denunciante, quanto ao rol de ilegalidades, em tese, existentes no Edital impugnado, as quais, repita-se, caso confirmadas em decisão final de mérito, assentam graves transgressões à lei de licitações e à própria Constituição Federal, acerca das quais não posso, como Conselheira deste TCM-PA, silenciar, no que se reforça o poder-dever acautelatório desta Colenda Corte. O exaustivo rol de impugnações informa, a contento, a pré-existência da "fumaça do bom direito", indispensável para a concessão da medida cautelar pleiteada, mormente quando asseveram a repetição de falhas do vigente Edital, repetidas, em tese, do Edital lançado pelas mesmas denunciante, em junho de 2015, o qual suspenso "de ofício" pela municipalidade, tal como à época informado pelo Conselheiro Sérgio Leão, neste mesmo Plenário, por ocasião do julgamento dos autos do processo n.º 201508757-00, onde foi concedida medida cautelar que garantiu a manutenção dos contratos então vigentes, entre então denunciante e a empresa TERRAPLENA LTDA, com a SESAN/Belém, a teor do §4º, inciso II, do art. 57, da Lei n.º 8.666/96. Não fosse o bastante, para a pretendida cautelar, cumpro-me destacar alguns pontos que, em superficial análise dos documentos distribuídos, juntamente com os memoriais, de igual forma, consignam a *fumus boni iuris*, no que destaco: a) A despropositada fixação do tipo de licitação "menor preço por lote", enquanto são indicados, no mesmo Edital, diversas exigências de apresentação de estudos técnicos, o que conduziria ao tipo "técnica e preço", destacadamente a produção de projeto de educação ambiental, "plano técnico de trabalho para execução do serviço de coleta seletiva e de plano piloto para início das operações de usina de triagem". Como consignado, pela denunciante, entendo que tais disposições do Edital, afrontam, em preliminar análise, o que dispõe o art. 3º da Lei de Licitações e a citada Súmula 177, do C. TCU. b) Entendo, ainda, consignada a restrição à ampla concorrência, quando o mesmo Edital (item 4.3), com dispositivo repetido do pretérito Edital (2015), mantém a vedação de participação/disputa, pelas empresas interessadas em todos os lotes, em vertical afronta ao inciso I, do §1º, do art. 3º, da Lei de Licitações e Contratos. A justificativa apresentada pela Presidente da CPL, conforme documento encaminhado à denunciante e acostado aos memoriais, é de todo absurda, posto que, ao entender que nenhuma empresa poderia contratar todos os lotes (assentando questões de ordem técnica), aplica como medida anterior e ilegal, a vedação de que todas apresentem propostas, o que, decerto, garantiria à Administração Pública, ainda que permitida a contratação de um lote por empresa, a maior disputa de preços e, assim, a finalidade precípua de toda licitação, destinada a contratação mais vantajosa ao erário. c) Surge ainda, como aparente inovação do Edital, a exigência de licença ambiental, sem a correta precisão do órgão concedente desta mesma licença. Neste caso, a resposta da Presidente da CPL, aos termos da impugnação proposta, vêm trazer interpretação ampliativa ao que prevê o mesmo Edital, o qual silente, para não dizer, omissor, na necessária precisão de seus



termos e exigências legais de habilitação das licitantes. Sem trazer maior aprofundamento ao tema – matéria ambiental e sua regulamentação na esfera Estadual e Municipal – independente das razões consignadas pela CPL, não poderia o Edital deixar de trazer de maneira clara e de alcance geral, mormente das possíveis licitantes, a específica exigência que se quer ver consignar. Apenas como regra básica para a competência legislativa e regulamentadora, em matéria de meio ambiente, a legislação federal de retaguarda, tem por princípio basilar que as competências – quer para legislar, quer para fiscalizar – sempre se darão ao ente municipal onde a potencialidade de dano for maior, assim, assiste competência para os municípios regular questões como a destinação final de resíduos sólidos urbanos; reciclagem e Aterro sanitário, de igual forma, ao mesmo ente caberia a fiscalização e concessão de empresas, para as licenças ambientais de funcionamento da coleta, destes mesmos materiais. d) Por fim, dentre o rol exemplificativo, levantado em preliminar análise, ainda salta aos olhos, até mesmo porque, amplamente divulgado pela mídia local, nas últimas semanas (Jornal O Liberal e Jornal O Diário do Pará), a instituição da “taxa de 2%”, destinada as ações de educação ambiental. Esta disposição do Edital não poderá se manter, sem que haja uma detida e mais aprofundada análise de sua fundamentação legal; sua destinação e forma de aplicação, pela municipalidade, através da SESAN. Como já tido, apenas em preliminar análise, ao que me parece, criou-se espécie de taxa/tributo, destinado à aplicação vinculada, contudo, ao critério da SESAN e da PMB, sem que se tenha o detalhamento de repercussões, junto à despesa com a contratação e do seu efetivo cabimento, o que exige, novamente, um profundo e detido estudo, pelo TCM-PA. Ressalto, ainda, que a possibilidade, em tese, de lesão aos cofres públicos municipais emerge da existência de fortes indícios de previsões restritivas, ilegais e discriminatórias no citado procedimento licitatório, quando observo que dos termos da petição manejada e documentação colecionada aos autos, conseguiu a Denunciante, ainda que em caráter preliminar, demonstrar que efetivamente foram afrontados princípios e regras previstas na Constituição Federal, Lei Federal n.º 8.666/93 e outras normas correlatas, no que se impõe a concessão da pretendida cautelar, até apreciação definitiva, dos termos da denúncia, pelo TCM-PA. Vislumbro, ainda, como idêntica, porém especial preocupação, a possibilidade concreta de lesão ao erário, quando observado que a denúncia manejada trás, ainda, para além das alegações de afronta à norma legal, indicação de superfaturamento nas planilhas orçamentárias (ANEXO III do Edital), em especial na composição de preço unitário de “materiais, ferramentas e utensílios” (v.g. carrinho de mão), bem como na composição quantitativa destes mesmos bens, dada sua aquisição mensal, onde é ignorada a durabilidade dos mesmos, conforme transcrevo: “Ao estabelecer os materiais, ferramentas e utensílios, em todas as planilhas de serviços indicadas no ANEXO III, fica latente que para a composição de preços, foi considera a aquisição/despesa mensal para todos os itens, ignorando-se, desta forma, a sua durabilidade e, gerando, assim, um inequívoco superfaturamento de preços. Apenas a título de exemplo, podemos considerar a durabilidade média do “carrinho de mão”, o qual atingiria, ao menos, o uso por 03 meses, assim, a despesa com tal aquisição, ao invés de perfazer 12 parcelas, seria de apenas 04 parcelas, no que ao entendermos tal despesa, para todos os itens de ferramentas, atingiríamos cifras astronômicas, sempre em desfavor do erário”. O fato, per si, é gravíssimo e não pode ser ignorado por este C. Plenário, mais ainda quando, observada a resposta à impugnação, elaborada pela Presidente da CPL, tal como consta do Ofício n.º 356/2016-NGL/CPL/SEGEF, anexo aos memoriais/denúncia, onde a 2ª DENUNCIADA, silencia em absoluto sobre a irregularidade apontada, ou seja, nada argumenta em defesa do Edital, no sentido de descaracterizar ou desconstituir a falha consignada. Lembro, aos Ilustres Conselheiros, que dentre as



atribuições primeiras desta Corte de Contas, assiste o dever de evitar o dano ao erário, a manutenção de atos lesivos aos cofres públicos, o que recorre ao dever de efetiva fiscalização das despesas pretendidas pela Administração Pública, mormente quando nos defrontamos com contratações e procedimentos de grande vulto, neste caso, o valor estimado da despesa, em 12 meses, pela administração pública, chega ao montante de R\$ 134.534.952,36 (cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos). Colendo Plenário, apenas com os destaques aqui trazidos, já se demonstra, de longe, a consignada exigência de caracterização, pela DENUNCIANTE, da fumaça do bom direto e dos riscos eminentes, ao próprio erário, na manutenção do certame, nos termos pretendidos pelas DENUNCIADAS. Apenas a título comparativo e à luz do novo Código Civil Brasileiro, a medida cautelar que se impõe, reveste-se nos contornos, da nomeada TUTELA DE URGÊNCIA, tal como prevista no NCPC, em seus artigos 294 e §§ 2º e 3º, do artigo 300, no que se exige, para concessão, QUANDO HOUVER ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM A PROBABILIDADE DO DIREITO E O PERIGO DE DANO OU O RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO. Cabe, a esta Corte de Contas, a necessária cautela quanto à apreciação das questões que envolvam licitações, mormente aquelas de maior vulto, bem como que as que possam culminar em lesão aos cofres públicos dada a existência de restrição de competitividade e a possibilidade, in concreto, de superfaturamento de preços. Cuida-se, neste caso, do Poder Geral de Cautela, previsto no art. 294 e seguintes do Código de Processo Civil, acerca dos quais, cabe-me recorrer aos ensinamentos sempre precisos de VICENTE GRECCO FILHO, que o destaca como "poder integrativo de eficácia global da atividade jurisdicional. Se esta tem por finalidade declarar o direito de quem tem razão e satisfazer esse direito, deve ser dotada de instrumentos para a garantia do direito enquanto não definitivamente julgado e satisfeito". Diante de todo o exposto e com base na farta documentação previamente distribuída aos demais Conselheiros, antecipo e consigno meu voto, no sentido sólido e inequívoco de CONHECER DA DENÚNCIA e APLICAR MEDIDA CAUTELAR, objetivando a suspensão do procedimento licitatório, cuja abertura prevista, para o dia 06.05.16, a teor do permissivo contido no art. 145, incisos II e III, do RITCM-PA. Ademais, peço vênua, ao Colegiado, no sentido de propor/recomendar, dada a importância da matéria e a imprescindibilidade dos serviços vinculados ao presente Edital de Concorrência Pública, a fixação de específico "rito procedimental", sem descuidar-me da observância aos procedimentos de análise de denúncia, consignados no RITCM-PA (art. 290 e seguintes), com o escopo maior de garantir uma posição definitiva desta Corte de Contas, acerca dos fatos aqui relatados. Assim, uma vez concedida a medida cautelar, para suspensão do certame (art. 144, II, do RITCM-PA), tal como pleiteada pela DENUNCIANTE, proponho que: a) Sejam imediatamente remetidos os autos à equipe técnica, nomeada pela Presidência deste TCM-PA, para análise de todo o Edital e, em especial, dos pontos de impugnação indicados pela denunciante, fixando-se um prazo máximo de até 15 (quinze) dias, para elaboração de Informação, que venha subsidiar a decisão final desta Corte; b) Após a elaboração da Informação Técnica, em tudo observado o contraditório e a ampla defesa, que seja facultado às DENUNCIADAS, manifestarem-se sobre os pontos de impugnação e sobre os eventuais achados do órgão técnico, com igual prazo de até 15 (quinze) dias; c) Havendo, ou não, manifestação por parte das denunciadas, seja elaborado, pela mesma equipe técnica, deste TCM-PA, informação final, na qual deverá, em sendo o caso, ser apreciado os pontos da defesa apresentada, após o que, deverão seguir os autos ao Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, conforme imperativo regimental, para análise e parecer, com a expressa solicitação desta Corte, no sentido de garantir a análise prioritária dos autos. d) Após



consignadas as manifestações técnicas e o parecer ministerial, que sejam os autos submetidos ao Conselheiro Relator, para apresentação em Plenário, objetivando a necessária manifestação deste Colegiado, onde eventuais medidas corretivas e aplicações de sanções, poderão ser objeto de deliberação. Por todo o acima exposto e com os fundamentos apresentados, consigno previamente minha manifestação de conhecimento da denúncia e de deferimento da medida cautelar". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "mais algum Conselheiro tem mais alguma manifestação?" Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: "Presidente, eu queria ouvir V. Exa, porque este processo está nas mãos de V. Exa., até reunimos ontem, então, até porque eu preciso diante deste fato tomar um posicionamento. Eu recebi toda essa documentação, não sei se todos os Conselheiros receberam esta farta documentação de material, eu particularmente me convenci, claro porque ainda tem que dar direito de resposta ao interessado, aos interessados, mais acho pelo que eu já verifiquei só esta questão dessa taxa de meio ambiente, salvo melhor juízo, V. Exa relatou ai...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "destinadas a ações de educação ambiental...". Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: "e esta questão dos carrinhos de mãos, com meu pouco tempo, fui durante 10 (dez) anos Chefe da Assessoria Jurídica desse Tribunal e analisei muitas licitações e contratos, e vejo que nesta composição há de fato correções que precisam ser feitas porque injustificáveis. Então, evidentemente que em nossa conversa ficamos de ver uma posição do Conselheiro Sérgio Leão qual seria a posição dele, se o Conselheiro neste processo, se V. Exa iria dar ou não, porque acho que a questão é urgente e como não obtive tive uma resposta de V Exa., eu gostaria de saber se tem alguma posição, ou se vai esperar o Conselheiro Sérgio. Qual é a posição de V. Exa.?" Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "recapitulando, ontem nós tivemos uma conversa no Gabinete da Presidência, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Daniel Lavareda e Conselheiro Aloísio Chaves, que levaram esta situação à Presidência, que tinha acabado de receber também o pedido de cautelar em processo licitatório. Todos nós já conhecemos, inclusive já vem se arrastando a tempo e com intervenções do Tribunal que inclusive concedeu cautelares acerca de 10 (dez) meses, quanto essa questão do lixo de Belém, quando houve a princípio uma intenção de se fazer uma contratação emergencial e o Tribunal entrevistou determinando que se prorrogasse pelo prazo máximo de 12 (doze) meses que a lei prevê excepcionalmente um contrato que estava em vigor e não se fizesse a contratação emergencial. Isto é do conhecimento de todos porque tramitou em Plenário. Chegou então uma denúncia de uma empresa que é a que detém o lote do contrato atual com questionamentos sobre o edital. É um processo muito diferente, muito complexo, tanto é que a Conselheira Mara que não estará presente na quinta porque estará representando o Tribunal lá no evento de Paragominas até traz uma antecipação de voto, o que é também algo novo pelo menos para mim, e nas próprias palavras dela ela disse que era um processo complexo e profundo que precisa de um detido estudo pelo Tribunal, fiz questão de anotar aqui. A primeira peculiaridade é que pelo nosso sistema todos os órgãos têm um Relator original que é o Conselheiro Sérgio Leão que está em viagem e retorna, pelas informações que eu recebi, na segunda feira. O nosso Regimento traz esta previsão, que é a primeira vez que acontece, pelo menos que eu tenho notícia, de que na ausência do Relator o processo deve vir a Presidência para deliberação, que é algo também novo. Naturalmente, até informei ontem, que não tenho nenhum problema, e nenhum Conselheiro tem problema em dar cautelar em qualquer Município que seja. Tanto que quinta-feira passada eu dei uma cautelar suspendendo uma licitação da Prefeitura de Belém que é da minha competência, da minha Controladoria, não como Presidente, mas como Conselheiro. Suspendi, como tinha dito ontem, até a agenda que eu tinha para analisar o processo que como foi dito é



530 *complexo, estou analisando, por isso que não trouxe hoje nenhuma decisão, solicitei a Controladoria do*
531 *Conselheiro Sérgio Leão que é quem está analisando o processo, uma série de informações que ficaram*
532 *de me dar após a Sessão Plenária para que eu possa fazer a minha manifestação. Vou agir, repito, com*
533 *toda cautela, é um processo complexo, tem despertado inclusive toda atenção da mídia como a própria*
534 *Conselheira Mara relatou, inclusive com notícias em rádio, em jornal, inclusive no jornal de hoje tem mais*
535 *uma vez uma manifestação sobre disso, me parece que nas rádios até com críticas pessoais ao*
536 *Conselheiro Sérgio Leão que é o Relator da matéria, pelo menos foi a notícia que eu recebi de uma rádio*
537 *que está com críticas até pessoais em relação a isto, mas estou falando isso só para ilustrar. Então, eu*
538 *não tenho ainda uma posição. Contactei com o Conselheiro Sérgio, pode ser feita a suspensão, pode ser*
539 *feita a notificação para a Prefeitura se manifestar como tem sido feito nos processos que eu,*
540 *particularmente, tenho feito, como fez esse que eu suspendi, primeiro eu fiz a notificação para que se*
541 *manifestassem e no dia que encerrou o prazo o Secretário pediu prorrogação de prazo. Eu concedi a*
542 *cautelar porque já tinha dado esse direito. Vou agora reunir com os Técnicos da 1ª Controladoria, para*
543 *dar uma posição, estou aguardando também o contato com o Conselheiro Sérgio. Vou agir como agiria*
544 *com qualquer Conselheiro da Casa que fosse o Relator, sem fugir das responsabilidades da Presidência*
545 *que pelo Regimento tem a competência para atuar nestes casos". (Inaudível). Manifestação do*
546 *Conselheiro Cezar Colares: "eu pretendo tomar hoje ainda, Conselheiro. Hoje à tarde eu vou a*
547 *Paragominas, retorno amanhã à tarde, estarei na Sessão de quinta-feira, mas pretendo agora, se possível*
548 *nesta reunião, poder ter uma posição e naturalmente comunicar aos colegas que estão acompanhando e*
549 *com razão de acompanhar pela complexidade e importância deste fato". Manifestação do Conselheiro*
550 *Daniel Lavareda: "Presidente, não querendo usurpar da competência de V. Exa., mas até para deixar V.*
551 *Exa. mais à vontade na hora de proferir a sua convicção sobre a concessão ou não da cautelar, eu quero*
552 *dizer que eu, na qualidade de Conselheiro que estudou a matéria, eu queria me filiar ao voto que é um*
553 *indicativo, é apenas um indicativo já que a votação em si só pode ser formalmente tomada após a*
554 *apreciação da matéria em Plenário. Mas eu queria, até por uma questão de colocar V. Exa. bem à*
555 *vontade para sentir o posicionamento do Pleno que isso talvez possa ou não possa interferir no juízo de*
556 *V. Exa., mas eu queria apenas expressar apenas minha preocupação, e expressar a minha concordância,*
557 *com a antecipação do voto da Conselheira Mara. No momento em que V. Exa. trouxe isso se eu for*
558 *convencido do contrário, evidentemente que farei, mas gostaria até como um indicativo de dizer que*
559 *antecipo também o meu voto por esses motivos que já declino aqui a V. Exa". Manifestação do*
560 *Conselheiro Aloísio Chaves: "V. Exa. estará presente na quinta-feira?" Manifestação do Conselheiro Daniel*
561 *Lavareda: (inaudível). Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "estará presente... Senhor Presidente,*
562 *eu também quero externar de forma muito tranquila as minhas preocupações, por duas ou três razões,*
563 *ou algumas razões que me preocupam, porque na realidade são várias. Se nós formos fazer uma análise*
564 *histórica dos contratos das licitações de lixo em Belém, lembro-me da última, penúltima que houve,*
565 *portanto há 10 (dez) anos atrás, eu acho que para traz eu não me lembro de ter pegado outra, feita na*
566 *gestão do Dr. Edmilson Rodrigues, hoje Deputado Federal, o Tribunal tomou naquela altura, presidia eu o*
567 *Tribunal, e determinei ao Tribunal em se tratando a licitação de lixo a maior ou a segunda maior licitação*
568 *da Prefeitura de Belém, portanto geradora dos maiores Contratos, e portanto de grandes interesses de*
569 *natureza empresariais, determinei ao Tribunal que acompanhasse desde o Edital, naquela altura não*
570 *tinham as Controladorias, era o DCE, Auditores, designei um Auditor para acompanhar e revisar. O*
571 *Tribunal revisou todo o Edital, porque o Tribunal tem competência, e está na nossa Lei, para fazer o*



acompanhamento, e sugestões, e correções no Edital que porventura existam. Tanto que por isso a proposta, eu creio, da Conselheira Mara Lúcia. E mais do que isso, que acompanhasse o processo de abertura da licitação. O Auditor designado que fez isso à época foi o Alcimar Lobato, que acompanhou todos os aspectos. Quis o destino que anos depois, já na administração do Prefeito Dulciomar Costa, que eu fosse o Relator da SESAN, e como Relator da SESAN eu determinei a mesma coisa que fosse feita, o acompanhamento do Edital à licitação, à abertura, e quem o fez na época, que são ambos funcionários dessa Casa, e eu os cito inclusive como testemunhas deste fato o Dr. Sérgio Frazão do Couto, eminente Advogado, Bacharel em Direito, ex Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, e foi feito o acompanhamento. E digo de passagem, ambas as concorrências não tiveram nenhum problema, foram feitas no prazo, antes de se esgotar os 5 (cinco) anos, antes de serem prorrogadas, os editais corrigidos, aberturas, impugnações naturais, e a sua realização ocorreu. Eu fico preocupado, e agora volta a minha preocupação com esta licitação, que é a primeira licitação que eu encontro nesta Casa, sendo eu o decano dela, estou aqui há 16 (dezesesseis) anos, em que primeiro, a Prefeitura Municipal de Belém, ou seja ela qual for, e aqui estamos nos referindo a Belém, deixa esgotar praticamente os 5 (cinco) primeiros anos do contrato, é um contrato que pode ser renovado por 5 (cinco) anos, normalmente, naturalmente, entre atos da Prefeitura e das empresas que venceram o edital de licitação. Decorrido este prazo, Belém não concluiu ou apresentou no apagar das luzes um edital cheio de irregularidades, cheio de necessidades de serem corrigidas. Isto ocorreu, isto é fato aqui dentro no Tribunal. Ouvi do Conselheiro Sérgio Leão dizendo que foram dadas várias orientações à Prefeitura, que na minha opinião deveriam ter sido oficiais, mas foram orientações oficiosas, mas foram dadas, e concretas, à Prefeitura de Belém. Ao que eu saiba, as modificações não foram feitas, houve problema. Finalmente, iam se esgotar os 5 (cinco) anos, 5 (cinco) anos, e a Prefeitura de Belém não promoveu corretamente a licitação do lixo desse contrato, da maior magnitude que é o contrato do lixo de Belém. E aí, consequência, a Prefeitura desejava fazer em razão de não ter dado tempo, e são 5 (cinco) anos, uma emergencial absurdamente com critérios já não muito transparentes, data vênia, é, encaminhando para uma determinada empresa. O Tribunal agiu correto, o Conselheiro Sérgio Leão foi absolutamente sério e correto, concedeu uma cautelar suspendendo e impedindo a emergencial, determinando na forma da lei a prorrogação por 12 (doze) meses, ou até, ele concedeu a liminar, mas a liminar veio a ser homologada pelo Tribunal e a partir da homologação deste Tribunal a liminar deixa de ser do Conselheiro Sérgio e passa a ser deste Tribunal que de maneira unânime, no seu Pleno, concedeu a cautelar no sentido de sustar a emergencial, prorrogar os contratos com os preços, com as condições, sem alterar de 5 (cinco) anos de uma licitação de 5 (cinco) anos atrás, por mais 12 (doze) meses, ou antes se se efetivasse essa licitação para fins dessa prorrogação de se efetivar a licitação. Ou seja, foi dada uma prorrogação ao jogo, completamente equivocada, mas tem que decidir nessa prorrogação. O edital leva 30 (trinta) dias para ser, para sua publicação, para sua abertura, para sua elaboração, 12 (doze) meses são excessivamente suficientes e, nós estamos esgotando, já passamos do 10º (décimo) mês, a Prefeitura publica um edital dia 4 (quatro) de abril, por isso essa urgência, urgentíssima, dessa decisão do Tribunal que, não por escolha, mas por obrigação e dever do cargo está nas mãos de V. Exa.. Ela tem que ser tomada porque a abertura da licitação é sexta feira. Por isso a Conselheira Mara está antecipando o voto dela, ela não está antecipando o voto porque ela quer se antecipar, no meu entendimento a V. Exa., ou ao fato do Conselheiro Relator está viajando e só chegar na segunda feira. O evento, a abertura do processo licitatório se dá sexta feira. Veja bem, antes já foi corrigido novamente, o Tribunal novamente



informalmente, infelizmente, deveria ter sido no meu modo de ver oficialmente, emitiu orientações sobre o Edital, e segundo eu tive capacidade de ler de ontem para hoje quando recebi, também, o memorial com o dossiê dessa altura em cima da minha mesa, que foi o presente do meu ingresso às 8 (oito) e pouco da manhã quando eu entrei em meu Gabinete, é que é dito que 80% (oitenta por cento) das orientações concedidas pelo Tribunal não foram feitas no novo edital que está publicado, e que este edital repete o mesmo de 2015 que foi remetido para cá para análise e que foi objeto de orientações do Tribunal. Ora bolas, se isso é feito, e mais ainda, pior, como disse o Conselheiro Daniel a pouco, cria-se uma taxa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato, uma coisa completamente nova, estapafúrdia, completamente absurda do ponto de vista jurídico. A taxa só pode ser constituída com base legal, é fundamental para sua constituição a base legal, e não a base de edital. Eu crio no edital agora taxas, impostos, tributos, que história é essa ? Só por essa taxa é um absurdo. A imprensa já explorou. Isso não foi do meu conhecimento ontem, ontem eu fui ver como estava estabelecido no edital, e está, porque ontem só que eu tive o Edital nas mãos, diga-se de passagem, mas isso não é objeto de agora. Tenho severas críticas e opiniões a respeito, do ponto de vista absolutamente jurídico do cumprimento da cautelar dada por esta Casa, por este Tribunal. Não vou discuti-lo agora, mas os meus pares conhecem o meu ponto de vista porque já foi expresso. Já gostaria de ter chegado agora com isto resolvido. Infelizmente não veio a julgamento um Agravo Interno ou Agravo de Instrumento que tramita nesta Casa há muito tempo, sendo a matéria urgente. Então não há possibilidade do Tribunal, sob o ponto de ter como Instituição a sua posição comprometida perante a sociedade paraense e brasileira se não der uma decisão antes de sexta feira. Ela é fundamental. Agora, o que é que então a gente tem que pensar sempre, no que estar por vir, porque tudo tem uma razão, quando a gente faz uma coisa agora, a gente quer obter algum resultado, e esse resultado pode ser a, ou b, ou c, ou d. Eu não tenho nenhum, mas o Tribunal dá 12 (doze) meses para fazer uma licitação extra, tempo extraordinário, período extraordinário, 12 (doze) meses depois, nós estamos no curso do 11º (décimo primeiro) mês, portanto faltando 40 (quarenta) dias praticamente para o encerramento dos 12 (doze) meses, estamos com uma abertura de edital, e essa abertura de uma licitação, cujo o edital não vem de forma correta, o Tribunal não terá outro caminho, no meu modo de ver, a não ser sustar essa licitação e mandar fazer o que diz a Conselheira Mara, revisar integralmente o Edital para que não venham mais com desculpas, e não venham mais com Edital diferente do que o Tribunal está dizendo. O Tribunal, oficialmente pelo seu Pleno vai dizer, pela proposição foi o que eu entendi, vai dizer - "é este o edital". E o Tribunal tem competência para isso. E a Prefeitura publica, e quem ganhar ganhou. Licitação não é direcionamento. Licitação permite a ampla liberdade de participação, este é um dos princípios do processo licitatório. O ponto que V. Exa. abordou, rapidamente na leitura que eu percebi daqui, é um ponto muito simples, mas ele é efetivamente de ilegalidade absoluta, veja bem, o que é que a Prefeitura está dizendo: está dividida a licitação em 3 lotes, lote 1, lote 2, lote 3. Até ai tudo bem, nenhuma correção, ninguém pode ganhar mais do que 2 lotes, tudo bem, isso é possível, isso é possível, não tem nenhuma restrição a isso, agora dizer mais do que isso, ninguém pode participar da disputa dos 3 (três) lotes, eu posso até participar da disputa dos 3 lotes: a, b e c; ganhar o lote a, o b, o c, ou o 1, 2 e 3, e dizer depois, - "olha, mas você só pode contratar um". Tudo bem, eu quero contratar o 1, ou o 2, ou o 3, e a pessoa diz depois o que quer contratar, mas o direito de concorrer e participar da licitação, do processo de escolha que a lei obriga, que não hajam restrições a participação para permitir justamente a possibilidade de disputa e com isso a Administração Pública ser favorecida com o menor preço, isso é limitar a participação, isso é restringir,



656 *isso é restringir direitos, isso é ilegal, também não tenho dúvidas...".* Manifestação da Conselheira Mara
657 *Lúcia: "fora que exige técnica, se você for ver...".* Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: *"eu não*
658 *entrei em todos os méritos, só esses dois da taxa e desse...".* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"V.*
659 *Exa falou em preço, ainda tem essa questão, exige preço e exige técnica...".* Manifestação do Conselheiro
660 *Aloísio Chaves: "então veja bem, seja lá qual for o critério da licitação, preço, preço e técnica, se ele é*
661 *um, ou se ele é outro...".* Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *"Conselheiro Aloísio, Vossa*
662 *Excelência me concede um aparte ?"* Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: *"com toda honra...".*
663 *Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: "eu acho que V. Exa., a minha preocupação, e eu queria*
664 *apenas, só para pontuar a discussão, e este problema que está acontecendo agora aqui, é porque eu*
665 *acho que nós deveríamos fazer o que foi feito agora se, por exemplo, nós decidirmos que a cautelar tem*
666 *que ser deferida, tudo bem, e aí a gente só vai discutir isso, porque se decidirmos que não existe razão*
667 *para ser deferida a cautelar, não há de se discutir mais nada. Mas, baseado no fato de que a cautelar*
668 *deve ser mantida e, portanto, nós devemos deferi-la, eu acho que o erro de ter chegado a esse ponto de*
669 *10 (dez) meses sem a Prefeitura fazer nada, chegar 11 (onze) meses, é exatamente a questão da*
670 *decisão quanto ao procedimento. Se aquela altura lá que nós deferimos a cautelar, lá atrás, dizendo que*
671 *a inexigibilidade de licitação não caberia, e que nós estávamos prorrogando, e adotássemos um*
672 *procedimento ponto a ponto com as recomendações, inclusive já ditas, nós não teríamos a surpresa de*
673 *um edital as portas do encerramento do contrato. Então para mim, o que é mais importante, quando nós*
674 *formos deferir, se for o caso essa cautelar, é estabelecermos os procedimentos com os prazos, e aqui não*
675 *é colocar prazo para Conselheiro Relator não, é colocar prazo, que eu não vi no voto de V. Exa., que eu*
676 *vou na oportunidade de manifestar meu voto oficial vou fazê-lo, é estabelecer prazo de defesa de*
677 *manifestação da Prefeitura, prazo de defesa, prazo de manifestação do Órgão Técnico, para que chegue*
678 *nas mãos do Relator, aí sim, pronto com todos os procedimentos. Aí, não há qualquer tipo de desculpa*
679 *que possa ser feita por a, por b, ou por c, porque o Tribunal tem competência sim para dizer o que está*
680 *ilegal e impugnar edital, o Supremo já decidiu isso. Então, é essa a minha maior preocupação e por isso*
681 *que isso chegou ao momento que está. Era essa a observação que eu queria fazer".* Manifestação do
682 *Conselheiro Aloísio Chaves: "eu ia abordar este aspecto, mas para finalizar, e vou finalizar, acho que isso*
683 *ainda vai dar coisa para frente, e vou finalizar por ora, de dizer o seguinte, vejam bem, vamos procurar o*
684 *equilíbrio, vamos procurar preservar, pensar na preservação dessa Instituição e de sua valorização, e falo*
685 *isso como decano dessa Casa. Se nós estabelecermos isso que está dito ali, e o que foi comentado aqui*
686 *pela Conselheira Mara e pelo Conselheiro Daniel, se estabelecermos prazos rígidos, e o Tribunal correr*
687 *com isso, correr com isso, com certeza absoluta a possibilidade de ultrapassar o 30 (trinta) de junho vai*
688 *ser mais por conta dos prazos licitatórios que tem que ser publicados. Mas se resolve no máximo em 60*
689 *(sessenta) dias após o 30 de junho. Com certeza absoluta. O Tribunal não está fazendo nada mais, não*
690 *está interferindo em processo licitatório nenhum, nem para a nem para b, os participantes deles não me*
691 *interessam, passem uma esponja no nome de todos, o que me interessa esta Instituição, me interessa as*
692 *decisões desta Instituição, me interessa a prática do bom direito, isso para mim é fundamental e por isso*
693 *eu vou lutar. Eu vou aguardar quinta feira, estarei aqui, não vou para Paragominas, não tinha tempo até*
694 *de quando soube de me organizar para ir, então não vou para Paragominas, como não fui para Salinas,*
695 *como não fui para Parauapebas, e estarei aqui para votar. Mas de antemão, pelos meus comentários ora*
696 *já feitos estou dizendo que não há possibilidade de sexta feira ter abertura de licitação, a não ser que o*
697 *Tribunal procure outro caminho, mas eu não sou dono da cabeça de meus Pares, cada um tem o direito*



de gerar o que quiser, e fazer o que quiser". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "não sei se tem mais algum Conselheiro que queira se manifestar ?" Só para encerrar o assunto, eu concordo com o Conselheiro Aloísio quando ele diz que está preocupado como que está por vir. O Tribunal quando deu a cautelar disse o seguinte, o Tribunal entende que não se deve fazer uma dispensa de processo licitatório para se contratar empresa, ou empresas, para se fazer a coleta de lixo enquanto se faz a licitação. E disse que, excepcionalmente, e previsto em lei, deveria o Município, prorrogar os contratos vigentes por 1 (um) ano, por 12 (doze) meses, esgotados os 5 (cinco) anos a lei prevê que excepcionalmente se pudesse prorrogar por 12 (doze) meses e assim foi feito. O que está por vir ? Vamos considerar que dia 30 de junho que completa os 12 (doze) meses, Conselheiro José Carlos, não esteja concluído o processo licitatório, naturalmente que vai vir para cima do Tribunal a seguinte indagação...." Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "eu diria até que isso está sendo procurado..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "vai vir para cima do Tribunal a seguinte indagação, o Município não pode ficar sem coleta de lixo porque vira um caos. Qual vai ser a saída, fazer uma dispensa de licitação, uma emergencial que o Tribunal já disse lá atrás que não seria possível ? Qual vai ser a saída ? A saída de prorrogar o contrato eu particularmente já não vejo mais como fazer porque esgotou-se o ano excepcional previsto em lei. Então, o que esta por vir é muito delicado. É um processo, como já foi dito, muito complexo, tem a participação de vários órgãos nisso aí, Ministério Público, tomei conhecimento ontem numa conversa rápida que eu tive com os Técnicos da Controladoria que me mostram, inclusive, várias recomendações do Ministério Público, faz o edital, não faz o edital, altera o edital, põe isso, tira isso, tira aquilo....". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "um recomenda, nós decidimos...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "sim, mas eu cheguei a dizer, e vai se seguir o quê, uma determinação do Tribunal ou uma recomendação? O que esta por vir é muito complicado. Entendo, Conselheiro Aloísio, que o Tribunal pode intervir, claro, isso aí é indiscutível, pode intervir a qualquer momento, pode intervir hoje, pode intervir amanhã, pode intervir na sexta feira, se intervir depois estará ainda em tempo de intervir, porque em qualquer situação....". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "na minha opinião não...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "em qualquer situação susta-se o processo na fase em que ela se encontra". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "na minha opinião não, se abrir...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "na minha opinião, porque não é a conclusão da licitação, ou seja, para mim não". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "é medida cautelar, Presidente...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "essa é a minha posição". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "Presidente, é medida cautelar, tem que ser cautelar". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "Conselheira Mara, eu vou decidir, vou decidir com tranquilidade, respeitando...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "fique à vontade, com certeza". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "respeitando não só a minha opinião". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "só estou alertando que cautelar é antes". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "sim, mas eu entendo que suspende o processo na fase em que ele se encontra, na fase em que ele estiver, data da abertura, data da homologação, data da assinatura da ata, data da apresentação, até no contrato, nós já suspendemos até na assinatura do contrato. Então, eu quero dizer que, com muita tranquilidade, nós vamos dar uma posição, respeitando, como eu disse, porque é a primeira vez que um Conselheiro, naturalmente que respaldado na nossa legislação, vai intervir no processo de um outro colega, de um outro Conselheiro, naturalmente que está de férias, como todos tiram férias. Isso poderá vir a acontecer várias vezes, talvez até final do ano em que eu sou Presidente, talvez em outros anos em que outros Conselheiros forem



740 *Presidentes. Então, eu vou com tranquilidade tomar mais pé do processo porque ele é polêmico, e vou*
741 *trazer a decisão. Vou dar uma decisão, atento a isso, em respeito ao colega que é Relator, em respeito a*
742 *posição muito bem colocada pelo Conselheiro Aloísio e pelos demais Conselheiros de preservar o*
743 *Tribunal, e repita, na quinta feira passada eu dei uma cautelar sustando uma licitação por um motivo*
744 *semelhante, até menor do que este". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "V. Exa. me permite,*
745 *na preservação do Tribunal, se encontra na esteira da preservação do Tribunal, certo, uma cautelar dada*
746 *que impediu que fosse feita uma emergencial. Se deu 1 (um) ano para que fosse feito isto, certo?"*
747 *Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "claro, e alguém terá que ser responsabilizado por isso".*
748 *Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "certo, alguém terá que ser responsabilizado". Manifestação*
749 *do Conselheiro Daniel Lavareda: "é isso que eu ia dizer, Conselheiro Cezar, a preocupação de V. Exa. é*
750 *muito pertinente, baseada, volto a repetir, se não fosse cumprida a decisão, inclusive na cautelar a*
751 *Conselheira Mara estabelece lá na outra cautelar, a multa que já vai, eu tenho certeza, tenho absoluta*
752 *certeza, pela experiência que me revela, que o prazo de 30 (trinta) de junho não vai ser cumprido, não*
753 *vai ser cumprido para que haja uma nova contratação. Daí porque, para que a gente não deixe correr*
754 *frouxo, e que a gente fique em dúvida do que a gente vai decidir, se a gente vai permitir a*
755 *inexigibilidade, se a gente vai permitir a manutenção dos contratos firmados numa situação duradoura e*
756 *permanente, é que nós temos, coisa que nós não fizemos lá atrás, que estabelecer procedimentos,*
757 *porque quando nós estabelecermos procedimentos com prazo, seja a decisão que nós tomarmos quando*
758 *nos depararmos com o problema, essa decisão, ela vai ser precária, ela vai ser de 30 (trinta) a 60*
759 *(sessenta) dias. Se nós determinarmos prazo, quer seja a contratação por inexigibilidade, quer seja a*
760 *manutenção dos contratos, elas serão por 60 (sessenta) dias. Se nós não fizermos isso, o que vai*
761 *acontecer ? Vai ser cobrado novamente a nós, esse ônus a gente vai ter novamente, a sociedade vai nos*
762 *cobrar, o Tribunal não sabe decidir, com a premissa vênua, porque vai acontecer o seguinte, então vai*
763 *ficar, se nós decidirmos pela inexigibilidade vai ficar 1 (um) ano, 2 (dois) anos, o cara vai de novo usar ou*
764 *pela manutenção dos contratos. Daí porque eu insisto que é de suma importância que nos possamos*
765 *estabelecer prazos para procedimentos, como se fez na questão do impeachment, o Supremo decidiu o*
766 *rito do impeachment, nós deveríamos decidir aqui depois de verificada se cautelarmente ou não, o rito*
767 *do processo para que não sobre depois essas mesmas indagações". Manifestação do Conselheiro Cezar*
768 *Colares: "isso tudo, Conselheiro Daniel, me traz, vamos dizer, uma alegria de que nós estamos no*
769 *caminho certo. Passamos a ter essa compreensão de que é muito mais importante acompanhar, por*
770 *exemplo, processos licitatórios e contratos firmados enquanto eles estão acontecendo, do que depois. Foi*
771 *uma inversão que o Tribunal vem tomando já de tempos. Creio que desde a implantação do mural de*
772 *licitações no final de 2014, e que nos dá essa possibilidade. E precisamos avançar nisso mais ainda. Acho*
773 *que é muito mais efetivo do que o julgamento, fazer essa análise em tempo real". Manifestação do*
774 *Conselheiro Aloísio Chaves: "justamente pela responsabilidade que cabe a esta Corte, sobretudo no*
775 *ordenamento de grandes contratos, 2006 e 2012, 2013, sei lá, ou 10, sei lá, 11, foram acompanhados*
776 *integralmente durante a sua fase preliminar este contrato". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares:*
777 *"pois é, mas tem um processo que estava para vir a pauta de análise desse contrato que apresenta*
778 *inconsistências, inclusive estou chamando à ordem para fazer uma....". Manifestação do Conselheiro*
779 *Aloísio Chaves: "deveria ter vindo logo, Conselheiro...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares:*
780 *"inclusive a Conselheira substituta determinou que fosse juntado a prestação de contas para esta*
781 *análise...". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "deveria ter vindo logo, Conselheiro, eu não sei*



782 *porque não veio...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "então há questionamento inclusive*
783 *deste contrato original que o Tribunal por cautelar, e que foi dada corretamente...". Manifestação do*
784 *Conselheiro Aloísio Chaves: "que tinha Relator, que devia ter Relator, e que devia ter Controladoria, e que*
785 *deviam ter pessoas...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "o Tribunal validou ou não validou*
786 *essa irregularidade ?" Manifestação do Aloísio Chaves: "e que tinha Relator...". Manifestação do*
787 *Conselheiro Cezar Colares: "claro, é isso que eu penso, que o Tribunal dá um grande avanço quando dá*
788 *essa visão...". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "que tinha Relator, e que devia ter*
789 *Controladoria, e que deveria ter assessores responsáveis, deveriam ter pessoas responsáveis por isso. Eu*
790 *lhe garanto que não era eu. Isso eu lhe garanto. Pois bem, eu quero deixar claro, Presidente que, sem*
791 *dúvida nenhuma, nós aqui, antes de discutir o Agravo de Instrumento, diversas vezes perante V. Exa., eu*
792 *fui a V. Exa e perguntei, Conselheiro Presidente, Conselheiro Cezar, tem alguma informação a respeito*
793 *como está correndo este contrato que já tem mais de 6 (seis) meses que não sei o contrato, o edital do*
794 *lixo, eu disse a V. Exa." Manifestação do Conselheira Mara Lúcia: "Conselheiro Aloísio, me permite ?"*
795 *Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "eu disse a V. Exa., isso estava adredemente, eu diria a V.*
796 *Exa., data vênia, adredemente preparado para se chagar na sinuca de bico de dizer, como V. Exa. acabou*
797 *de dizer, a prorrogação não pode ser feita e não vai dar tempo de fazer licitação, ou faz ilegal ou faz*
798 *legal. Se fizer legal e o Tribunal não pode mandar fazer coisas ilegais, não dá tempo, e qual é a solução ?*
799 *Tem várias..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "é o que esta por vir que nos preocupa ...".*
800 *Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "é, mais o que esta por vir talvez esteja colocando o*
801 *Tribunal nessa posição, Presidente, adredemente, como eu disse, preparado o negócio. Porque quem tem*
802 *1 (um) ano para fazer, numa prorrogação de prazo, depois de 5 (cinco) anos, uma nova licitação e não*
803 *faz..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "concordo com V. Exa...." Manifestação do Conselheiro*
804 *Aloísio Chaves: "não está fazendo isto por acaso. Está fazendo isto pra querer imputar outra coisa.*
805 *Conselheiro, quem estiver com isto, está aqui a colocação feita no Tribunal, eu tive uma informação, não*
806 *tenho nenhuma segurança de que seja verdadeira, mas é a seguinte, e que é grave, e eu só vou falá-la*
807 *porque ela é documentalmente comprovável, se o Tribunal quiser, se o Relator quiser, se a Instituição*
808 *quiser, se não quiser que assuma a responsabilidade, que eu estou aqui na Tribuna declarando, no 1º*
809 *Contrato, nós determinamos que fosse renovado por 12 (doze) meses, nas condições que está nos*
810 *contratos. Não renovaram, nós sabemos, tem um Agravo de Instrumento por causa disso, retiraram de*
811 *um dos contentores 41 % (quarenta e um por cento). Um dos contratados, só na área do contratado, um*
812 *tipo serviço que existia no lote 1 (um) e existia no lote 2 (dois), certo, serviço de entulho e limpeza de*
813 *canais, dentre outros, e que existia tanto no lote 1 (um), quanto no lote 2 (dois), tiraram 41% (quarenta*
814 *e um por cento) só do lote 1 (um). A informação que me chega é a seguinte, uma coisa é quando nós*
815 *prorrogamos, a prorrogação do Tribunal tem o condão de proteger o Erário duplamente, inclusive porque*
816 *ela não admite majoração de preços, nós estamos com os preços de dois mil e qualquer coisa aí para*
817 *trás, ajustados de acordo com o ajustamento normal de contratos, e que os mesmos serviços*
818 *transferidos do lote 2 (dois) para outra empresa que recebeu 41% (quarenta e um por cento) desses*
819 *serviços, o preço da tonelada subiu quase 100% (cem por cento), Sr. Presidente. Isto é uma denúncia*
820 *grave". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "já foi paga uma parte, 10 (dez) milhões já foi pago, 11*
821 *(onze), né ?" Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "me chegou nos ouvidos essa informação, não*
822 *sei se ela é verdadeira..." Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "está aqui no Tribunal, Presidente,*
823 *Conselheiro, é só puxar no mural, empresa Sólida, como eu disse em uma Reunião Administrativa que*



824 *prestava essa empresa Sólida". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "quer dizer que o preço que*
825 *era cobrado no lote 2 (dois), dos 41% (quarenta e um por cento), era 70 (setenta), passou para 130*
826 *(cento e trinta), o mesmo entulho, a tonelada do entulho que era cobrada no lote 2 (dois) por R\$-70,00*
827 *(setenta reais) a tonelada passou para 130 (cento e trinta), a empresa que herdou indevidamente 41%*
828 *(quarenta e um por cento) daquele contrato que o Tribunal não deixou majorar. Então o Tribunal tem que*
829 *agir...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "essa fiscalização. Para isso tem o Mural. Essa*
830 *fiscalização em tempo real que se fala tanto que não está sendo feita...". Manifestação do Conselheiro*
831 *Aloísio Chaves: "eu não exijo fiscalização nenhuma, só chegar ... Chegou por informação de funcionário*
832 *do Tribunal a informação pra mim. Chegou pra mim...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "não,*
833 *mas não é transparente o Mural, não pode checar no Mural ? Se não me falha a memória é um valor de*
834 *29 (vinte e nove) milhões, e já foi pago 11 (onze) milhões, me ajude Conselheiro Daniel, não é isso? 11*
835 *milhões já foram pagos à empresa Sólida, graças ao mural. Só falta fiscalizar em tempo real, porque*
836 *como colocou o Conselheiro Aloísio, quer dizer, desobedecendo uma decisão do Tribunal. Essa foi uma*
837 *das questões naquela nossa decisão, essa foi uma das questões, que não houvesse alteração e eles*
838 *simplesmente ignoraram e deram para esta empresa Sólida que está fazendo esta coleta de entulhos.*
839 *Então, é uma situação grave, Presidente, é uma situação de dano ao Erário visível, Presidente, que eu*
840 *não estou decidindo nada, estou só apontando. Agora, existe uma decisão anterior, e muito bem*
841 *colocada pelo Conselheiro Aloísio, no sentido de que foi uma decisão do Pleno, não foi uma decisão do*
842 *Relator, e essa é a nossa preocupação. E se V. Exa. bem lembra, ao mesmo tempo em que nós decidimos*
843 *aqui, decidiu a Justiça naquela situação. E agora ?" Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "muito*
844 *bem, me alio a todas as preocupações dos colegas. Eu queria só...". Manifestação do Conselheiro Aloísio*
845 *Chaves: (inaudível) "apuração desse fato que eu acabei de denunciar aqui". Manifestação do*
846 *Conselheiro Cezar Colares: "da supressão de ...". Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "do que foi*
847 *transferido de uma empresa que nós determinamos aqui que se mantivesse o mesmo valor do contrato*
848 *anterior, retira do contrato e põe para terceiro, e ao passar para terceiro o preço muda de 70 para 130.*
849 *Isso é grave..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "claro..." Manifestação do Conselheiro Aloísio*
850 *Chaves: "em contratação outra feita depois não sei como, mas aproveitou outra licitação..." Manifestação*
851 *da Conselheira Mara Lúcia: "já houve pagamento vultuoso..." Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves:*
852 *"não sei como foi, mas o Tribunal certamente, depois de eu declarar para o Plenário essa denúncia, será*
853 *encaminhada..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "será encaminhada essa denúncia ao Relator*
854 *do feito..." Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "foi encaminhada através de agravo, só que vai fazer*
855 *1 (um) ano, Sr. Presidente..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "Conselheira Mara, o Relator*
856 *vai estar aqui na Sessão de terça-feira, e nós vamos colocar para ele essas questões". Manifestação do*
857 *Conselheiro Aloísio Chaves: não, eu já coloquei ao Pleno do Tribunal, não tenho mais a ninguém, a*
858 *colocar..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "sim, e eu vou colocar ao Relator, Conselheiro*
859 *Aloísio, não vou tomar nenhuma decisão à revelia do Ordenador que não está presente, como não*
860 *tomaria se V. Exa. não estivesse presente, o Conselheiro José Carlos, qualquer Conselheiro..."*
861 *Manifestação do Conselheiro Aloísio Chaves: "não pedi isso. Conselheiro, me permita, data máxima vênia,*
862 *com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., eu não estou aqui entendendo que V. Exa. vai fazer A ou B,*
863 *ou, eu respeito. Eu tenho uma coisa comigo, Conselheiro, eu respeito o direito das outras pessoas, no*
864 *limite delas, no limite do direito deles, mas eu espero que..." Manifestação do Conselheiro Cezar Colares:*
865 *"V Exa. é o maior defensor aqui, e eu acompanho V. Exa. nisso". Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares*



expôs ao Plenário a necessidade de ser realizada uma Reunião Administrativa na próxima terça-feira para tratar das ações que o Tribunal precisará tomar diante da grave crise econômica por que passa o país e, consequentemente o Estado. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra e propôs que fosse discutido na reunião, também, as medidas que o Tribunal deverá tomar no sentido de notificar, em conjunto, as autoridades sobre o atraso na entrega dos quadrimestres e balanços gerais dos municípios. Por fim, o Conselheiro Aloísio Chaves solicitou que fosse feita Ata das Reuniões Administrativas, o que foi acatado pelos Conselheiros presentes. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às treze horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em três de maio de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão